

COMPRA DE ORGÂNICOS PELO PNAE: UM INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

MAXIMOWSKI, Marcia Regina¹

OLIVEIRA, Marcio Rodrigo de²

TRICHES, Rozane Marcia³

STOFFEL, Janete⁴

Palavras chaves: Alimentação Escolar; Agroecologia; Políticas Públicas; Sistemas Agroalimentares; Mercados Institucionais.

INTRODUÇÃO

Este resumo expandido é um ensaio teórico que tem por objetivo compreender a relação entre sistemas de produção rural (orgânicos) e desenvolvimento rural sustentável, por meio de Políticas Públicas (PP) como o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e seus impactos sociais na Agricultura Familiar (AF).

FUNDAMENTAÇÃO

Para além das questões econômicas e suas concretudes, o DRS é permeado de subjetividades, manifestadas nas aspirações dos AFs, pautadas nos valores culturais, modo de vida e na relação com a terra. Não obstante, aspectos ambientais e sociais adentram nas últimas décadas, como elementos indissociáveis dos fatores econômicos, quando se fala em DRS ou sustentabilidade. Ademais, Sachs (2009) traz uma perspectiva capaz de equilibrar e evidenciar as dimensões sociais e ambientais, nivelando-as à dimensão econômica,

¹ Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: marcia.maximowski@uffs.edu.br.

² Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: marcio.oliveira@uffs.edu.br.

³ Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS). Professora no Programa de Pós graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: rozane.triches@uffs.edu.br

⁴ Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professora no Programa de Pós graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: janete.stoffel@uffs.edu.br.

apresentando oito dimensões⁵ que fundamentam o Desenvolvimento Sustentável (DS), a partir de uma visão holística. Alinhado, Wanderley (2009), considera o meio rural como um espaço de reprodução social e, Sabourin (2009), discute os aspectos sociais da AF e a relevância para o DS.

Nessa perspectiva, a AF autodefiniria seu uso das tecnologias e os modos de produção sustentáveis, visando gerar renda, por meio do uso consciente dos recursos, concomitante a uma melhor qualidade de vida com saúde e bem-estar (Schneider; Schubert; Escher 2016). Aliado a isso, a Produção de Orgânicos (PO) vem despontando como uma estratégia de unir as diferentes dimensões que envolvem a sustentabilidade, promovendo a expansão da AF e a regionalização da produção, alavancados pela crescente demanda global por saúde e preservação ambiental (Schmitt, 2017).

Ademais, a partir de 2026, foi ampliado para 45% o percentual de compras da AF pelo PNAE⁶, uma PP focada na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos estudantes da rede pública de Ensino. No estado do Paraná, a Lei 16.751/2010 tem o objetivo de que 100% da alimentação escolar seja orgânica até 2030. A PO tem potencial de fortalecer o meio rural, contribuindo para o desenvolvimento econômico local, ao estimular a autonomia dos agricultores, reduzindo a dependência de insumos externos. Estas PPs tendem a contribuir para a sustentabilidade ambiental, compondo um pilar prático da agroecologia (Triches; Schneider, 2012; Grisa; Schneider, 2014).

Além disso, Maluf e Menezes (2000), apontam a segurança alimentar como um eixo estratégico de desenvolvimento, o que contempla a agricultura orgânica, que por sua vez é um modelo de produção que foca no manejo sustentável do solo, da água e dos ciclos naturais, eliminando o uso de agrotóxicos, fertilizantes e demais insumos sintéticos ou modificados conforme nos apresenta Schmitt (2017).

Assim, os produtos orgânicos preservam a saúde dos consumidores, contando com a garantia das certificações exigidas para a comercialização, por meio dos mercados

⁵ Para Ignacy Sachs (2009), a sustentabilidade possui 8 dimensões/critérios, a saber: Social; Cultural; Ecológica; Ambiental; Territorial; Econômica; Política Nacional e Política Internacional.

⁶ O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) é a política pública do Governo Federal brasileiro que garante merenda e educação nutricional a estudantes da rede pública de educação básica. Coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ele repassa recursos para estados e municípios. (BRASIL, 2009)

institucionais, como importante forma de promover o DRS e a agroecologia, garantindo o escoamento da PO e promovendo o desenvolvimento local por meio da geração de renda. Isto é possível por meio de políticas públicas voltadas à AF e à SAN, como o PNAE (Grisa; Schneider, 2014).

Certamente, as reivindicações de movimentos sociais e os questionamentos críticos ao modelo agrícola pautado na Revolução Verde, tiveram papel fundamental na construção das PPs voltadas à PO e à agroecologia, sendo definidas já em 2003, as bases legais da PO no Brasil, gerando mecanismos de comercialização por meio da certificação e fiscalização. Logo, em 2012 foi institucionalizada a PNAPO e o PLANAPO⁷ resultado das demandas principalmente da Marcha das Margaridas, que almejavam integrar as ações do Estado às pautas da sustentabilidade no meio rural. No entanto, a conjuntura política dos anos seguintes revelaram a fragilidade institucional das políticas públicas, isso, pela descontinuidade do foco na agroecologia e postergando a consolidação de sistemas agroalimentares mais saudáveis (Schmitt, 2017).

Não apenas estas questões, como também o alcance das PPs, as quais marginalizam os agricultores familiares, por meio da distribuição assimétrica de recursos, privilegiando maior acesso dos grandes produtores aos recursos destinados à agropecuária, desta forma, impondo limites estruturais aos pequenos agricultores, que coexistem com a lógica produtivista, sem perspectiva que contemple sua heterogeneidade (Valadares, 2022; Schneider; Schubert; Escher, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os mercados institucionais, como o de alimentação escolar, ajudam a promover o DRS, assim como também a promover a saúde pública, integrando diversas dimensões e atores, que em suas relações provocam reflexões e possíveis mudanças na orientação do DS (Triches; Gerhardt; Schneider, 2014). Entender as contribuições das PPs no fomento do DRS, é de suma relevância, para validação de suas efetividades.

⁷ Política Nacional da Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e Plano Nacional da Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO).

Reunir as oito dimensões de Sachs em um objetivo comum é um desafio a ser enfrentado pelos Governos. Estratégias de governança devem ser adotadas em diferentes escalas, visando o interesse coletivo e diminuindo as desigualdades.

Diante disso, os autores citados defendem que a AF é um importante agente de DRS, que, por meio de suas relações impactam nas ações do Estado ao formular PP. A AF contribui para a SAN e para o fortalecimento dos territórios rurais, como espaços de vida e pertencimento, nos moldes propostos por Wanderley (2009). O que permite entender que a transição para modelos sustentáveis de produção rural como a PO, contribuem para sustentabilidade em seus aspectos primordiais, equilibrando o desenvolvimento humano com a preservação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim sendo, políticas públicas como o PNAE, desempenham papel fundamental na construção do DRS, por meio do fomento a modelos produtivos sustentáveis, e ao fortalecimento de grupos sociais específicos, como os AFs. Assim também, o incentivo à PO, é elemento importante de promoção da SAN, dos meios de abastecimento alimentar e da aproximação da produção com o consumo. A academia tem um grande compromisso na formação de indivíduos capacitados a interpretar e interagir com os cenários contemporâneos que caminham para rupturas e novos paradigmas, rumo a um verdadeiro Desenvolvimento Rural Sustentável, que de fato integre as dimensões que orientam e estruturam a forma de pensar e planejar o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 2 jul. 2026.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, supl. 1, p. 19-50, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>

- MALUF, R. S.; MENEZES, F. **Cadernos de Segurança Alimentar e Nutricional: Ações públicas locais de abastecimento alimentar**. Rio de Janeiro: CONSEA, 2000. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/acl_users/credentials_cookie_auth/require_login?came_from=https%3A//www.gov.br/secretariageral/pt-br/consea/acervo/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/caderno-seguranca-alimentar.pdf Acesso em: 25 maio 2026.
- SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/235891473_Camponeses_do_Brasil_entre_a_troca_mercantil_e_a_reciprocidade. Acesso em: 25 maio 2026.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 95 p.
- SCHMITT, C. J. As políticas em favor da agroecologia na trajetória do Ministério do Desenvolvimento Agrário. In: MALUF, R.; FLEXOR, G. (org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais**. Rio de Janeiro: E-papers, 2017. Disponível em: https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2018/04/MalufR-FlexorG-Quest%C3%B5es-agr%C3%A1rias-e-agr%C3%ADcolas_colet%C3%A2nea.pdf. Acesso em: 25 jun. 2026.
- SCHNEIDER, S.; SCHUBERT, M.; ESCHER, F. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar – uma apresentação ao debate. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**, Curitiba, PR, v. 1, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.21575/25254790rmmaa2016volln1134>
- TRICHES, R. M.; GERHARDT, T. E.; SCHNEIDER, S. Políticas alimentares: interações entre saúde, consumo e produção de alimentos. **Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 109-120, jan./jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122014000100011>
- TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 66-105, 2012. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/349>. Acesso em: 10 jul. 2026.
- VALADARES, A. A. Agricultura familiar no Brasil: um panorama da produção, do perfil e dos sinais de mudanças entre os censos agropecuários de 2006 e 2017. In: SANTOS, G. R.; SILVA, R. P. (org.). **Agricultura e diversidades**. Rio de Janeiro: IPEA, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/5563c0e5-8099-46aa-b83b-8b16915f5645>. Acesso em: 25 maio 2026.
- WANDERLEY, M. N. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232612>. Acesso em: 25 maio 2026.